BIDB11

Inter Infra FIC FI – Infra listado

Relatório Trimestral

Junho de 2022



interdtvm interasset

Sobre o mercado de Infraestrutura

Projeto de Lei das Debêntures de Infraestrutura

Em 2021, o Projeto de Lei 2646/2020, de autoria do deputado João Maia (PL-RN) e relatoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados e aguarda aprovação do Senado. Segundo o secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, que está a frente do assunto em nome do governo federal, a aprovação da legislação é prioridade para o Governo.

O PL 2646 tem como objetivo acrescentar dentre o portfólio de títulos no mercado de capitais mais um produto de investimento em infraestrutura. Após a aprovação do Projeto de Lei, além das debêntures incentivadas, criada a partir da Lei 12.431/11, haverá as debêntures de infraestrutura. Nas debêntures incentivadas, o benefício tributário é usufruído pelo investidor que adquire o papel, enquanto nas debêntures de infraestrutura o desconto será usufruído pela empresa emissora do papel.

Considerando que os benefícios fiscais das debêntures incentivadas são de até 22,5% para pessoa física, 10% para pessoa jurídica e 0% para fundos de pensão e os benefícios fiscais das debêntures de infraestrutura são de 10%, nota-se que os incentivos são similares, mas a atratividade varia conforme o tipo do investidor.

As duas modalidades de debêntures terão taxas de juros diferentes para equivaler os incentivos fiscais entre a remuneração da pessoa jurídica que possui isenção tributária por sua natureza jurídica e a remuneração da pessoa física que possui isenção tributária na debênture incentivada, sem que afete negativamente os projetos, pela transferência deste benefício à empresa emissora do título.

Além disso, o projeto de lei cria os "*green bonds*", produto na qual a emissora poderá praticar um percentual de dedução de 145% do valor dos juros pagos, comparado com uma dedução de 130% atualmente. Esta modalidade poderá ser emitida por uma série de setores – listados no texto da PL 2646 – como, por exemplo, saneamento, mobilidade limpa e redução de poluentes. Neste produto, o usufruto do incentivo tributário adicional fica condicionado à certificação dos projetos por entidades especializadas nacionais ou internacionais.

Portanto, com o objetivo de solucionar alguns dos problemas enfrentados no mercado de *funding*, as debêntures de infraestrutura propostas têm como objetivo, além de criar uma nova modalidade de título de dívida, otimizar a legislação das debêntures incentivadas e corrigir entraves para a operação de FI-Infra.

- O Projeto de Lei altera trechos do marco legal das debêntures incentivadas, incluindo (i) a possibilidade de emitir *bonds* com benefício fiscal, desde que a destinação dos recursos seja voltada para financiar projetos de infraestrutura; (ii) amplificar o prazo de reembolso de gastos, despesas ou dívidas; (iii) a supressão da necessidade, no enquadramento dos projetos de infraestrutura, de edição de ato ministerial e (iv) a possibilidade de emitir com uma taxa de juros prefixada vinculada à variação cambial.

- Com relação aos FIP-IE e FI-Infra, o PL 2646 pretende mitigar dúvidas interpretativas e lacunas legais, estabelecendo: (i) a ampliação e uniformização do rol de áreas consideradas de infraestrutura, (ii) a positivação da possibilidade de investimento em projetos relicitados, prorrogados ou ainda em fase de investimentos, (iii) a ampliação do prazo de integralização de cotas, (iv) a revogação dos parâmetros de participação mínima, de concentração máxima de cotista e de rendimentos auferidos e (v) a alteração do valor de referência.

Com a criação das debêntures de infraestrutura, poderá haver uma menor oferta de debêntures incentivadas, dada à alternativa de emissão de outro título de dívida por partes dos emissores, com benefício fiscal aplicável a eles. Entretanto, enxergamos este movimento como importante para o desenvolvimento do mercado de infraestrutura do Brasil, dado o extensivo pipeline de projetos a serem financiados nos próximos anos e a necessidade de buscar, cada vez mais, outros perfis de investidores para complementar o *funding* via mercado de capitais neste setor, como será incentivado agora a entrada de investidores institucionais, a exemplo dos fundos de pensão e investidores estrangeiros.

Sobre o mercado de Infraestrutura

Pipeline de Infraestrutura

Conforme demonstrado no nosso primeiro relatório, referente a dezembro de 2021, o mercado de infraestrutura no Brasil segue bastante aquecido considerando principalmente (i) o pipeline de concessões de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e concessões no setor de mobilidade urbana; (ii) o novo marco legal do saneamento e os investimentos necessários para universalização dos serviços de esgoto no país; (iii) a necessidade de melhoria, expansão e diversificação da matriz energética e dos sistemas de transmissão e distribuição; (iv) a necessidade de expansão da capacidade instalada de geração de gás natural e a nova lei do gás; (v) investimentos em fibra ótica e 5G.

Por meio daquele relatório, foi possível mapear o potencial de médio e longo prazo para os principais mercados de infraestrutura. Neste relatório, destacaremos o histórico recente de ativos licitados e o pipeline previsto para o próximo ano nos principais segmentos, com o intuito de demonstrar o potencial de curto prazo de financiamento desses investimentos por meio do mercado de capitais, via as debêntures incentivadas.

Do início de 2019 até meados de 2022, 84 ativos de infraestrutura de transportes foram concedidos à iniciativa privada, totalizando R$ 99,4 bilhões em investimentos. Além disso, o Ministério da Infraestrutura prevê leilões de mais 38 projetos do setor de transporte, além de uma renovação de contrato de ferrovia, até o final de 2022, cujos investimentos previstos são de R$ 100 bilhões ao longo da vigência dos contratos. Estes projetos previstos para serem licitados ainda este ano envolvem a privatização do Porto de Santos (investimento previsto de R$ 16 bilhões), a sétima rodada de concessões de aeroportos (dividida em três blocos de terminais) e as relicitações de São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP).

No primeiro semestre de 2022, foram realizados cinco projetos de transportes concedidos à iniciativa privada, com R$ 12,5 bilhões de investimentos previstos, sendo eles: rodovia BR-116/493/465 (RJ/MG); terminais portuários STS11 (Santos-SP), SUA07 (Suape-PE) e PAR32 (Paranaguá-PR); e a renovação de concessão de ferrovia da MRS, além da privatização da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa).

A carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) engloba, ainda, mais 141 ativos na área de infraestrutura que poderão ser concedidos para a iniciativa privada já em 2023, com desembolsos estimados em quase R$ 245 bilhões. Destacam-se os seguintes projetos:

Principais projetos da carteira do PPI
Concessão da BR-040, entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte
Concessão de 4 lotes de rodovias federais no Paraná
Privatização do Porto de Santos e da Companhia Docas da Bahia
Renovação da Concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)
Concessão de 8 aeroportos na Amazônia
Privatização da Trensurb em Porto Alegre e CBTU Recife

Fonte: Ministério da Infraestrutura, Valor Econômico

Além destes projetos, outros ativos que poderão ter a gestão transferida para a iniciativa privada nos próximos anos são os aeroportos da oitava rodada de concessão, incluindo os aeroportos de Galeão (RJ) e Santos Dumont (RJ); as privatizações de autoridades portuárias, como Codeba (BA) e Conderen (RN); a renovação da ferrovia Rumo Malha Sul e a contratação da Ferrogrão, além de mais de 15 mil quilômetros de concessões de rodovias.

De acordo com o Sistema de Ofertas Públicas com Esforços Restritos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2022 foram encerradas ou estão em andamento a captação de notas promissórias/comerciais de empresas que atuam nos segmentos de infraestrutura que somam cerca de R$ 9,5 bilhões. Por se tratar de endividamentos que visam a captação de recursos para o curto prazo, estas emissões podem ter sido captadas como empréstimos-pontes, com potencial de se tornarem dívidas de longo prazo, com a sua liquidação e subsequente emissão de debêntures incentivadas, mais atrativas em termos de custo e prazo para os emissores.

Sobre o mercado de Infraestrutura

Notas Comerciais/Promissórias – Empresas de Infraestrutura – 2022

Emissor	Setor de Atuação	Montante (R$)
Argo Energia Empreendimentos e Participações	Transmissão	200.000.000
Brisanet Serviços de Telecomunicações	Telecomunicações	70.000.000
Desktop S.A.	Telecomunicações	250.000.000
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	Rodovias	42.000.000
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	Transmissão	59.000.000
Monte Pascoal Holding (V2I Energia)	Transmissão	164.000.000
Infraestrutura Brasil Holding II S.A. (CART)	Rodovias	750.000.000
Águas do Paraíba (Águas do Brasil)	Saneamento	90.000.000
Águas de Niterói (Águas do Brasil)	Saneamento	85.000.000
Águas de Nova Friburgo (Águas do Brasil)	Saneamento	50.000.000
Águas do Imperador (Águas do Brasil)	Saneamento	45.000.000
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (Essentia Energia)	Geração	210.000.000
Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (NTS)	Óleo e Gás	1.500.000.000
Humaitá Geração de Energia e Participações	Geração	350.000.000
Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. (Casa dos Ventos)	Geração	104.960.000
Ventos de São Júlio I Energias Renováveis S.A. (Casa dos Ventos)	Geração	129.931.000
Ventos de Santa Jacinta Energias Renvováveis S.A. (Casa dos Ventos)	Geração	139.920.000
Ciclus Ambiental do Brasil S.A.	Resíduos Sólidos	310.000.000
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul LTDA	Transmissão	1.180.000.000
Athon Energia S.A.	Geração	32.000.000
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.	Aeroportos	300.000.000
Energisa Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	350.000.000
CPFL Geração de Energia S/A	Geração	379.620.000
Companhia Paulista de Força Luz - CPFL	Distribuição	650.000.000
Cia Energética de Pernambuco - CELPE	Distribuição	450.000.000
Cia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	Distribuição	500.000.000
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição	100.000.000
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	150.000.000
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição	200.000.000
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	Distribuição	200.000.000
V2I Energia S.A.	Transmissão	120.000.000
Rio Energy Participações S.A.	Geração	400.000.000
Total		**9.561.431.000**

Fonte: CVM

Além deste patamar elevado de dívidas de curto prazo emitidas ao longo deste ano que podem se tornar debêntures incentivadas, o pipeline de projetos que foram licitados recentemente e a quantidade de projetos previstos para serem licitados no restante de 2022 e em 2023 trazem uma estimativa otimista e grandiosa para o crescimento das emissões de debêntures incentivadas nos próximos meses. Portanto, na sequência do relatório, será apresentada, de forma segregada entre cada setor, os principais destaques destes projetos já desenvolvidos e com investimentos já contratados, que demandarão financiamentos no curto e médio prazo.

Sobre o mercado de Infraestrutura

1. Saneamento

Passados dois anos da aprovação do Marco Legal do Saneamento, o Brasil começa a enxergar os benefícios de uma legislação que estimula o desenvolvimento de um setor essencial para o país e que por dezenas de anos não foi tratado com a prioridade necessária. Desde julho de 2020, as concessionárias privadas estão assumindo os serviços em diversas cidades e, mesmo em um momento de alta de juros e da inflação, o setor demonstra resiliência, com empresas capitalizadas e dispostas a investir.

Até o final de 2021, o setor chegou a uma soma de R$ 42,2 bilhões de investimentos contratados desde a aprovação do novo marco legal – deste valor, R$ 32 bilhões serão feitos no Rio de Janeiro. Neste período, foram concedidos ao menos dez grandes contratos, também em Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Amapá.

Contratos Licitados | Julho 2020 – Dezembro 2021

Local/Ativo	Projeto	Investimento Previsto	Vencedor
Alagoas - Bloco A	Concessão de Água e Esgoto	R$ 2.600 milhões	BRK Ambiental
Cariacica (ES)	PPP de Esgoto	R$ 600 milhões	Aegea Ambiental
Sanesul (MS)	Concessão de Água e Esgoto	R$ 1.000 milhões	Aegea Ambiental
Cedae (RJ) - Blocos 1,2,4	Concessão de Água e Esgoto	R$ 27.300 milhões	Aegea (1 e 4) e Iguá Saneamento (2)
Amapá	Concessão de Água e Esgoto	R$ 3.100 milhões	Equatorial/SAM Ambiental
Alagoas - Blocos B e C	Concessão de Água e Esgoto	R$ 2.900 milhões	Allonda e Conasa (Bloco B), Cymi (Bloco C)
Cedae (RJ) - Bloco 3	Concessão de Água e Esgoto	R$ 4.700 milhões	Águas do Brasil

Fonte: BNDES, B3, sites das prefeituras, Valor Econômico

Conforme previsto no Marco Legal de Saneamento, após o término do processo de estruturação dos blocos regionais para processos de privatizações, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões, foram formatados 129 blocos regionais, com a adesão de 4.025 municípios que equivalem a 72,26% dos municípios do país e 73,4% da população

De acordo com estimativas da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), o mercado de saneamento deve somar 25 projetos leiloados entre 2022 e 2023, com um total de R$ 24,31 bilhões em investimentos e beneficiando 14,7 milhões de pessoas.

Atualmente, o BNDES, que tem sido o maior estruturador de editais no setor, possui 6 projetos em sua carteira que, juntos devem receber R$ 29,2 bilhões em investimentos. Destes, os projetos de Ceará e da Corsan (RS) estão previstos para serem leiloados até dezembro de 2022; os da Paraíba com previsão de serem licitados no início de 2023; e os de Sergipe, Rondônia e Porto Alegre ainda sem datas definidas.

Próximos Projetos

Local/Ativo	Projeto	Investimento Previsto	Vencedor
Porto Alegre (RS)	Concessão de Água e Esgoto	R$ 2,1 bilhões	Sem data definida
Ceará	PPP de Esgoto	R$ 6,2 bilhões	Leilão previsto para 27/09/2022
Paraíba	Modelo a definir	R$ 4 bilhões	Leilão previsto para o início de 2023
Sergipe	Modelo a definir	R$ 3,6 bilhões	Sem data definida
Rondônia	Modelo a definir	R$ 2,0 bilhões	Sem data definida
Corsan	IPO	-	Certame previsto para até o final de 2022

Fonte: BNDES, B3, sites das prefeituras, Valor Econômico

Sobre o mercado de Infraestrutura

Além da carteira do BNDES, vários outros projetos de concessões estão sendo estruturados internamente nos Estados, como Bahia, Paraná, Minas Gerais e Goiás – por enquanto, sem estimativas para serem realizados em 2022.

Além disso, após as licitações das grandes cidades, os governos locais terão de tratar da atração de empresas para os pequenos municípios, através de diálogo com prefeituras e reunião de cidades em blocos regionais. De acordo com o cronograma estipulado no novo marco legal, 1.117 municípios não foram capazes de comprovar capacidade financeira para garantir as metas de universalização e precisarão ser integrados para que o atendimento seja feito via concessões ou Parcerias Público-Privadas (PPPs).

2. Transportes

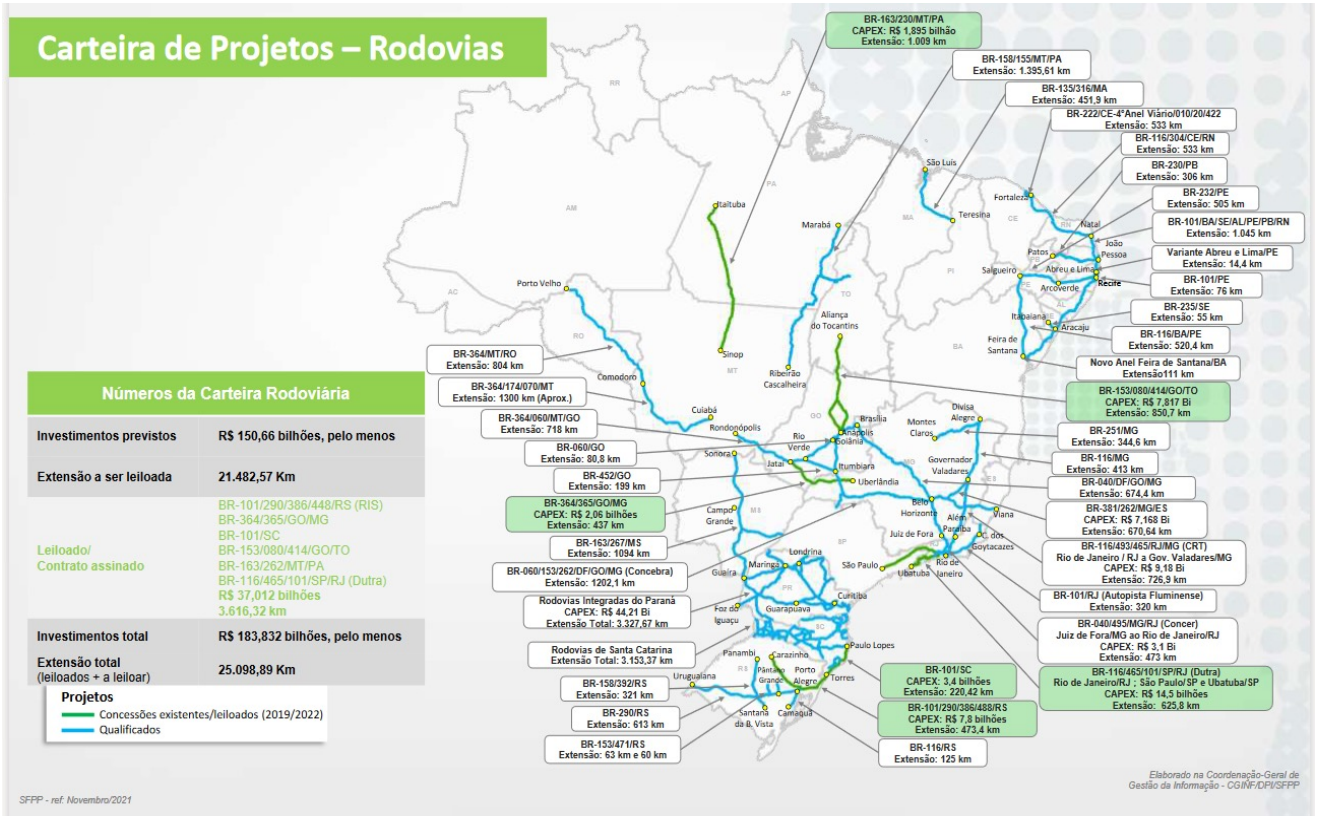
2. 1. Rodovias

Nos últimos anos, entre 2019 e 2022, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tem por competência a concessão de outorga da infraestrutura de rodovias e ferrovias, no âmbito federal, leiloou 6 projetos de rodovias que somam 3.616,32 Km e investimentos previstos de R$ 37,012 bilhões.

Concessões de rodovias federais leiloadas entre 2019 e 2022
BR-101/290/386/448/RS (RIS)
BR-364/365/GO/MG
BR-101/SC
BR-153/080/414/GO/TO
BR-163/262/MT/PA
BR-116/465/101/SP/RJ (Dutra)

Fonte: Ministério da Infraestrutura

Além disso, estão em andamento 12 projetos qualificados pelo PPI de novas outorgas de rodovias, correspondendo aproximadamente à quantia de R$ 120 bilhões, com extensão de 17 mil km, em investimentos programados pelo Governo Federal:



Fonte: Mapa – Projetos Rodoviários – Minfra – Nov/2021

Sobre o mercado de Infraestrutura

2. 2. Ferrovias

Lançado em 2015 pela ex-presidente Dilma Rousseff, o programa de renovação antecipada das concessões de ferrovias teve seu novo contrato assinado em 2020, a Malha Paulista, da Rumo. Na sequência, duas grandes ferrovias controladas pela Vale, a Vitória-Minas e a Estrada de Ferro-Carajás também tiveram suas concessões renovadas. Mais recentemente, a MRS teve aprovação pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) para prorrogação antecipada do contrato de concessão.

Concessão	Investimentos Previstos	Novos Prazos dos Contratos
Malha Paulista	R$ 6,1 bilhões	2058
Vitória-Minas	R$ 8,8 bilhões	2057
Carajás	R$ 8,2 bilhões	2057
MRS	R$ 9,6 bilhões	2056

Fonte: Rumo, Vale e MRS

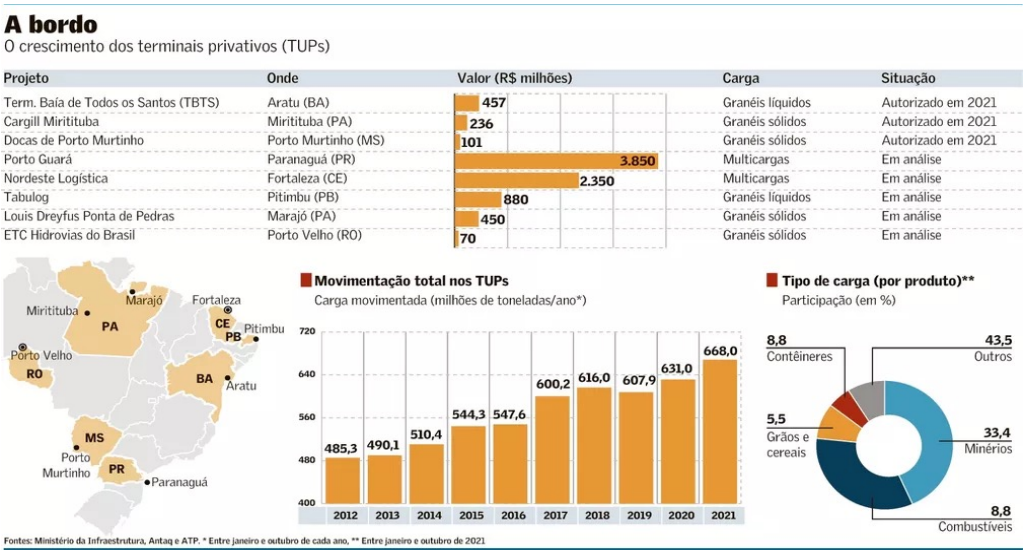
Das cinco grandes malhas ferroviárias na lista de renovações antecipadas, falta apenas avançar com o processo da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), da VLI. O objetivo é estender o contrato por mais 30 anos, a contar do prazo atual de 2026. Como contrapartida, A VLI deverá investir R$ 13,8 bilhões na malha e desembolsar mais R$ 3,3 bilhões de outorga. Estes montantes de outorga serão destinados a outras obras, como a dos trechos 2 e 3 da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol). Como os valores foram estimados em 2020 deverão ser revistos novamente. O Ministério da Infraestrutura pretende enviar a modelagem final ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o fim de 2022.

Além disso, em dezembro de 2021 foi sancionado um projeto que resultou na Lei 14.273, conhecida como Lei das Ferrovias. O projeto permite que o Governo autorize a exploração de serviços de transporte ferroviário pela iniciativa privada como uma alternativa a concessão ou permissão. Por meio deste regime, o prazo dos contratos poderão se estender de 25 até 99 anos, podendo ser prorrogáveis.

O sistema de autorizações é menos burocrático e vai permitir o aumento da oferta de ferrovias e novos investimentos em infraestrutura, que podem chegar a R$ 100 bilhões. Dos 78 requerimentos de autorização feitos pela iniciativa privada até o momento, a ANTT fez a análise de compatibilidade locacional de 49 empreendimentos. Destes, 27 projetos tiveram contratos assinados e 51 ainda terão que ser avaliados.

2. 3. Terminais Portuários

De acordo com levantamento feito pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), pelo menos 30 projetos de terminais de uso privado foram autorizados em 2021 ou estão em análise na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para autorização em 2022, com investimentos previstos de R$ 9,5 bilhões.



Fonte: Valor Econômico

Sobre o mercado de Infraestrutura

Em 2013, a partir da criação da nova Lei dos Portos (12.815), ficou extinta a exigência de que novos terminais privados movimentassem predominantemente cargas próprias e, portanto, foi autorizada, assim, a movimentação de cargas de terceiros. Em virtude disto, o número de TUPs autorizados cresceu rapidamente desde então, partindo de 124 em 2013 para 253 ao final de 2021.

Os Terminais de Uso Privados (TUPs) ficam localizados, necessariamente, fora dos portos organizados, que são administrados pelas Companhias Docas ou pelos Estados e possuem regulação mais flexível do que os arrendamentos de áreas públicas. Os últimos 10 anos, os TUPs apresentaram crescimento de 38% e, atualmente, são responsáveis pela movimentação de cerca de dois terços das cargas portuárias no Brasil, principalmente minérios e combustíveis.

Nas estimativas do Ministério da Infraestrutura, a quantidade de terminais privados atualmente à espera de autorização chega a 53 projetos e prevê aportes de R$ 38,8 bilhões.

3. Energia

As fontes de energia renovável complementares à hidrelétrica estão cada vez mais competitivas, que incentiva o desenvolvimento de novos ativos de geração, com potencial para posicionar o Brasil entre os líderes mundiais neste setor. De acordo com a projeção da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devem ser inauguradas 241 grandes usinas fotovoltaicas e parques eólicos até 2026, com investimentos previstos de R$ 34 bilhões. Desde 2012, foram investidos R$ 78,5 bilhões somente no segmento de energia solar fotovoltaica.

Houve um avanço recente no setor, a regulamentação da geração híbrida, que permite economia de escala pelo compartilhamento de linhas de transmissão para solar e eólica. Além disso, outro fator de crescimento do setor virá da geração eólica “offshore”, cuja legislação também foi desenvolvida recentemente.

De acordo com a Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), os projetos de geração voltados para consumo próprio das empresas devem receber aportes de R$ 29 bilhões nos próximos 5 anos, sendo a maioria em usinas eólicas e solares. Além do custo competitivo, estas fontes possuem prazo reduzido para entrar em operação. Dentre os principais projetos listados pela associação, destacam-se:

- A usina fotovoltaica Sol do Cerrado, da Vale, ativo orçado em R$ 5 bilhões, com potência instalada de 766 MW e que deve iniciar a operação em 2022.
- A Hydro pretende investir em uma usina solar flutuante de 2 mil MW e uma híbrida de 1,1 mil MW em um total de R$ 13 bilhões, mas ainda não possui data de implementação.
- A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) planeja investir, até 2023, R$ 2,6 bilhões em seis empreendimentos eólicos com capacidade de geração de 571,6 MW.
- A Votorantim irá investir R$ 2,3 bilhões na construção de duas eólicas (409,2 MW) em 2022 e uma solar híbrida de 68 MW para 2026.

3. 1. Solar

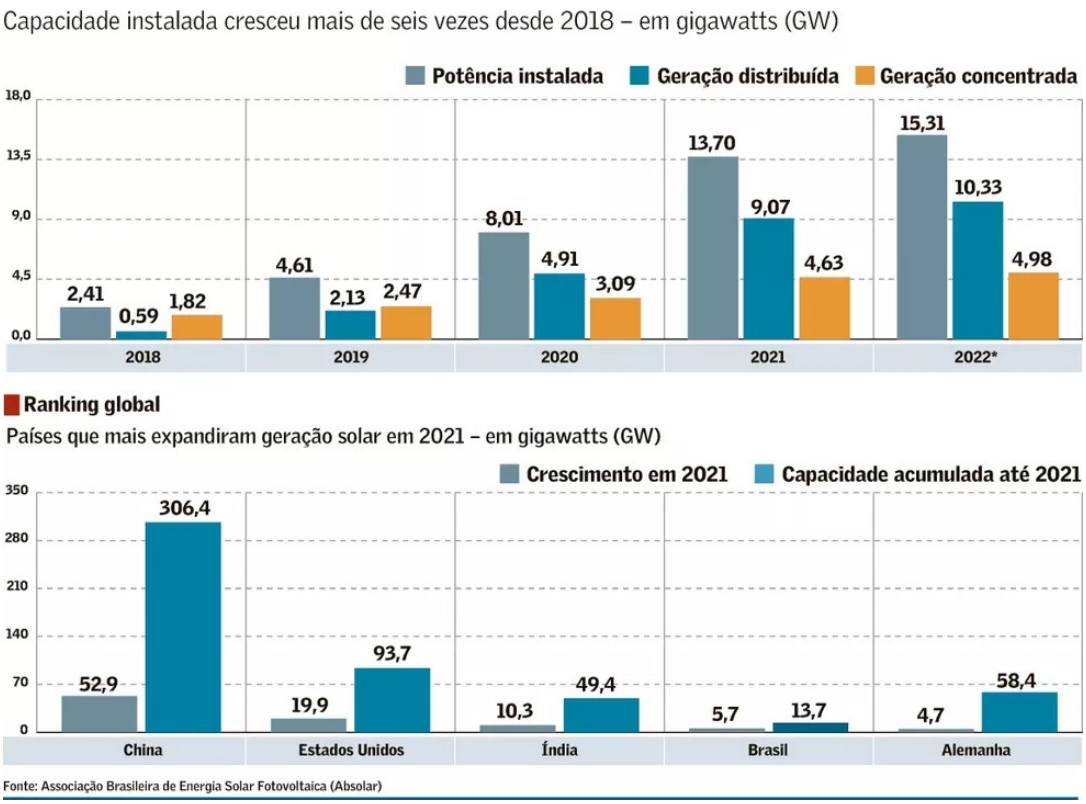
Os grandes projetos de geração fotovoltaica devem ter ainda mais relevância nos próximos anos. Além de baixo custo, a energia solar não emite gases de efeito-estufa, que aumenta a demanda de consumidores corporativos cada vez mais preocupados em atender a pauta ESG. E, para as grandes geradoras de energia, ter fontes de geração sustentável nos portfólios, como a fotovoltaica, também é uma vantagem competitiva.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), os investimentos em ampliação da capacidade de geração solar devem alcançar R$ 50,8 bilhões em 2022, promovendo uma expansão na capacidade fotovoltaica instalada no país de 82%, alcançando 24,9 gigawatts (GW) até o final do ano.

No ano passado, o Brasil foi o quarto país do mundo que mais incrementou novas capacidades de geração solar (5,7 GW), atingindo o patamar de 13,7 GW instalados ao final e 2021. Com isso, o país se tornou o 13º maior gerador solar global. Quatro meses depois, ao final de abril de 2022, o país já possuía uma capacidade de geração de 15,3 GW, sendo 10,3 GW provenientes de geração distribuída e 4,98 GW em geração concentrada.

Sobre o mercado de Infraestrutura

A Evolução da Geração Solar



Fonte: Valor Econômico

3. 2. Eólico

O decreto 10.946/2022, publicado pelo governo federal, que trata sobre as principais diretrizes para os projetos eólicos em alto-mar (offshore) no Brasil, prometem destravar investimentos no Brasil. Gigantes do setor, como Shell e Iberdrola, planejam investir no país por conta do grande potencial.

Esta tecnologia, que é considerada a "nova fronteira" da geração de eletricidade, é incipiente no Brasil, mas está em expansão na Europa e na Ásia.

De acordo com o CEO do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), o Brasil tem recursos eólicos offshore enormes e empresas do setor já apresentaram pedidos de licenciamento para mais de 46 GW de projetos.

Recentemente, entre agosto de 2021 e janeiro de 2022, houve um aumento de 23 para 36 projetos de instalação de aerogeradores no mar em análise no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), totalizando, respectivamente, 46 gigawatts (GW) e 80,4 GW. Estes pedidos envolvem diversas áreas, nos estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

4. Telecom

Segundo projeção da área técnica da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), o setor de telecomunicações deve investir R$ 33,5 bilhões em 2022, 20% a mais do que o investimento de 2021, que foi de aproximadamente R$ 27,9 bilhões.

Sobre o mercado de Infraestrutura

A expectativa é que os investimentos aumentem nos próximos anos em virtude das obrigações assumidas pelos players no leilão do 5G. O edital da nova tecnologia, orça metas de cobertura de sinal para o 5G e para o 4G, além de compromissos como a estruturação de uma rede privativa para o governo, conexão em escolas e na região amazônica.

Realizado no final de 2021, no mês de novembro, o leilão arrecadou R$ 46,8 bilhões, dos quais R$ 39,4 bilhões se referem a investimentos obrigatórios em infraestrutura e o restante em outorgas pagas ao Governo. Está previsto que a nova tecnologia seja implementada originalmente nas capitais dos estados, alcançado cobertura completa ao final de 2029, quando chegará às cidades menores, que possuem menos de 30.000 habitantes.

Perspectivas

Um patamar relevante de dívidas de curto prazo foi concluído por empresas de infraestrutura em 2022 e o número de projetos recentemente já licitados também é bastante elevado. Assim, as perspectivas de curto prazo para novas emissões de debêntures incentivadas, visando além dessas emissões, endereçar o *funding* de cada um desses projetos, nos parecem promissoras.

Além disso, caso aprovado, o Projeto de Lei 2646/2020 pode se tornar um marco importante para o desenvolvimento do mercado de infraestrutura no Brasil, atraindo outros perfis de investidores para complementar o financiamento via mercado de capitais neste setor. Dado o pipeline de projetos de curto, médio e longo prazo e os desafios estruturais do Brasil em infraestrutura, as duas notícias se tornam bastante animadoras e torcemos para que ambas se desenrolem conforme nossas expectativas.

Sobre o fundo

Objetivo

O Fundo buscará uma rentabilidade alvo para as cotas que acompanhe os títulos do tesouro indexados à inflação com *duration* média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1% (um inteiro por cento) a 1,5% (um inteiro por cento e cinquenta centésimo por cento) ao ano, considerando as distribuições periódicas.

Tributação

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

Características

Início do fundo: Setembro 2021

Código B3: BIDB11

Código ISIN: BRBIDBCTF001

CNPJ: 42.294.971/0001-31

Categoria ANBIMA: Renda Fixa Duração Livre Crédito Livre

Segmento: Infraestrutura

Gestor: Inter Asset

Administrador: Inter DTVM

Público-alvo: Investidor em geral

Taxa de administração: 0,80% a.a.

Retorno-alvo: NTN-B 28 + 1%-1,5% a.a.

Taxa de performance: Não há

Liquidez: D+2 dias úteis (listado) [6]

Overview do fechamento [1]

R$ 129 Milhões
Patrimônio Líquido

3.152
Cotistas

6,4 anos
Duration da carteira de crédito [2]

24 Emissores
No portfólio [2]

IPCA +
7,56%
Carrego da carteira de crédito [3]

R$95,81
Cota Patrimonial [4]

R$1,21/cota
de Distribuição

1,34%
Yield mês [5]

Fonte: Inter Asset, Inter DTVM, B3

[1] Todas as informações se referem ao fechamento de junho, com data-base em 30/06/22.

[2] Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO).

[3] Carrego da carteira de crédito do fundo Master.

[4] Valor sem dedução do montante a ser distribuído em Julho-22.

[5] Yield calculado com base na cota de mercado no dia 30/06/22.

[6] Prazo dependente das condições de liquidez do mercado secundário.

Comentários de gestão

O setor de concessões de rodovias, que representa 23,11% do patrimônio do Inter Infra Master, é o que tem mais sofrido no atual cenário inflacionário que pressiona principalmente os preços dos insumos e os investimentos dos projetos. Asfalto e cimento, insumos bastante utilizados nos projetos, estão elevados desde 2021 e não dão sinais de trégua em 2022.

Esse cenário pode comprometer a execução de diversos contratos de concessão e colocar em xeque a sustentabilidade financeiras de alguns projetos, mas o efeito desse descolamento da inflação dos insumos para o setor e o IPCA não deve ser generalizado e tratado da mesma forma para todos os emissores de debêntures. Por isso, gostaríamos de utilizar esse espaço do nosso relatório, para comentar resumidamente, sobre cada um dos casos da carteira do fundo, e porque estamos confortáveis com cada uma das teses de investimento, mesmo neste cenário.

Vale reforçar também que seguimos monitorando constantemente cada uma dessas teses e implementaremos os ajustes necessários caso haja mudanças significativas nas perspectivas futuras de cada uma.

CART: A Companhia já realizou 98% do CAPEX contratual, sendo que nos 2 próximos anos (2022 e 2023) irá encerrar o segundo ciclo de renovação do pavimento, com investimentos previstos de R$ 125 milhões por ano. Após isso, a Companhia terá CAPEX de manutenção de aproximadamente R$ 60 milhões por ano, sendo que sua geração de caixa operacional é bastante superior (na ordem de R$ 250 milhões) e capaz de absorver estouros nesses investimentos.
Com a entrada do Pátria no capital social da Companhia, ela foi capitalizada em cerca de R$ 580 milhões e foi feito um reescalonamento de 3/4 da dívida da Companhia (emissão de R$ 1,05 bilhão em junho de 2021 e com serviço da dívida bem espalhado entre 2022 e 2035) que também trouxe uma folga para a liquidez da Companhia (de cerca de R$ 150 milhões no 1T22).

NASCENTES DAS GERAIS: Em 2021, a Companhia concluiu o *take out* de suas dívidas e emitiu debêntures incentivadas com um novo fluxo de serviço da dívida alinhado com o cronograma de investimentos da concessão. Restam cerca de R$ 720 milhões em CAPEX de manutenção e expansão para cumprir com as obrigações contratuais (valor médio de R$ 65,5 milhões por ano até o final da concessão) e a expectativa é que o EBITDA Ajustado da Companhia ultrapasse R$ 100 milhões por ano.
A concessão apresenta um longo histórico de suporte por parte dos acionistas, fiador neste estágio da operação, e que realizou mais de R$ 400 milhões em aportes entre 2015 até o 1T22. A AB Concessões possui duas concessões maduras, forte geradoras de caixa e distribuidoras de dividendos no grupo controlador, que podem prestar suporte se necessário.

RODOVIAS DO BRASIL: A Rota das Bandeiras está próxima de assinar um termo aditivo do contrato de concessão com a ARTESP para reequilibrar os passivos regulatórios pendentes (saldo de pendências ultrapassam R$ 1 bilhão).
A Companhia encerrará em 2022 as principais obras que restam para cumprir as obrigações do contrato de concessão. O orçamento da Companhia prevê R$ 340 milhões de investimentos em 2022 e R$ 100 milhões por ano, em média, a partir de 2023, ao passo que a Companhia possui EBITDA Ajustado da ordem de R$ 630 milhões por ano.
Além disso, a conclusão de algumas destas obras deverá também resultar em incremento tarifário, conforme previsto no contrato de concessão.
A Companhia concluiu o reescalonamento de suas dívidas em 2019, cujo serviço da dívida começará a ser pago a partir de 2022. A posição de caixa atual (R$ 260 milhões) e a geração de caixa do projeto são confortáveis vis-a-vis o cronograma de CAPEX e o serviço da dívida da Companhia.

ROTA DO ATLÂNTICO: No final de 2021, a Companhia concluiu o reescalonamento de suas dívidas, com a emissão de uma debênture de longo prazo, com vencimento em 2036 e cronograma de amortização alinhado com a curva de investimentos da concessão.

* Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) e não contempla carrego do caixa e a estrutura de custos.

Comentários de gestão

A Companhia concluiu o reescalonamento de suas dívidas em 2019, cujo serviço da dívida começará a ser pago a partir de 2022. A posição de caixa atual (R$ 260 milhões) e a geração de caixa do projeto são confortáveis vis-a-vis o cronograma de CAPEX e o serviço da dívida da Companhia.

ROTA DO ATLÂNTICO: No final de 2021, a Companhia concluiu o reescalonamento de suas dívidas, com a emissão de uma debênture de longo prazo, com vencimento em 2036 e cronograma de amortização alinhado com a curva de investimentos da concessão.
A concessionária possui um baixo plano de investimentos, com apenas CAPEX de manutenção e uma única obra de expansão que foi postergada pelo poder concedente para 2025. A rotatória da Curva do Boi, orçada em R$ 30 milhões, ainda poderá ser postergada novamente, uma vez que não há um gargalo logístico na região e sua execução apresenta certa complexidade, já que demandará a cooperação da Petrobrás pela proximidade com oleodutos e gasodutos na região.

MT-320: Em junho de 2021, a Companhia concluiu um financiamento de longo prazo, com vencimento até dezembro de 2036, que será a única dívida do projeto. Foi emitida com o intuito de concluir as necessidades de *funding* da concessão, após o aporte inicial dos acionistas e considerando a geração de caixa futura esperada.
Os investimentos são de baixa complexidade, e incluem, principalmente, implantação e adequação de 187 km de acostamento, recuperação do pavimento e manutenção da rodovia. A Companhia já cumpriu mais de 75% do CAPEX do 1º ciclo de investimentos que se encerra em 2025. Além disso, a distribuição de dividendos é restrita até a conclusão do primeiro e do segundo ciclos de investimentos, esperada para 2029.
O baixo CAPEX esperado até 2025 traz um conforto para o projeto neste momento de inflação elevada dos insumos. Apesar disso, optamos por ajustar o *sizing* desta posição no fundo, concluindo em junho uma redução da posição de 12,9% do fundo para 8,3% e nos primeiros dias de julho um movimento adicional levará o peso para pouco mais de 4% do fundo.

* Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) e não contempla carrego do caixa e a estrutura de custos.

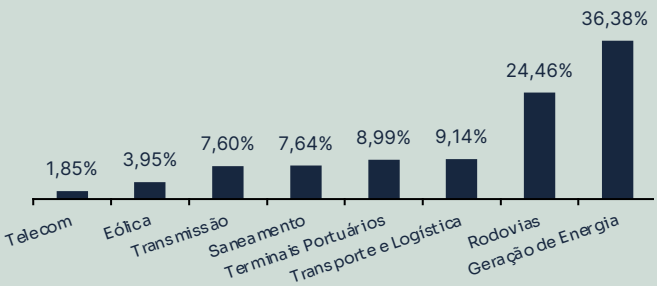
Visão do Portfólio

Carteira de Crédito [2]

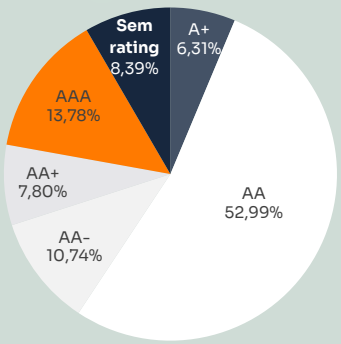
	Emissor	Setor	Rating	12.431?	Volume (R$ milhões)	Peso	Indexador	MTM	Duration	Spread NTN-B (MtM)
AEAB11*	AES Cajuína	Geração de Energia	AA	Sim	2.600.000	2,02%	IPCA	7,07%	9,35	1,24%
ANEM11	Anemus	Geração de Energia	AA	Sim	13.509.089	10,50%	IPCA	7,57%	7,55	1,71%
ASAB11	Asa Branca	Geração de Energia	AA	Não	5.038.884	3,92%	IPCA	7,76%	4,71	1,89%
BRST11	Brisanet	Telecom	A+	Sim	1.192.417	0,93%	IPCA	7,11%	3,76	1,27%
CART13	CART	Rodovias	AA+	Sim	2.393.360	1,86%	IPCA	6,98%	6,27	1,15%
CJEN13	TESC	Terminais Portuários	A+	Sim	6.480.238	5,04%	IPCA	7,94%	6,06	2,06%
CRMG15	Nascentes das Gerais	Rodovias	AA	Sim	10.444.019	8,12%	IPCA	7,51%	4,44	1,65%
GTSA11	Goias Transmissora	Transmissão	AAA	Não	4.902.967	3,81%	IPCA	7,61%	4,65	1,74%
HARG11	Ecovias do Araguaia	Rodovias	AAA	Sim	2.431.609	1,89%	IPCA	6,97%	6,96	1,14%
HGLB12	Highline	Telecom	Sem rating	Não	1.056.612	0,82%	CDI	8,99%	3,03	2,88%
HZTC14	Orizon	Saneamento	AA	Sim	2.120.685	1,65%	IPCA	6,86%	6,39	1,04%
HZTC24	Orizon	Saneamento	AA	Não	1.052.885	0,82%	CDI	8,66%	4,25	2,73%
HVSP11*	Hélio Valgas	Geração de Energia	Sem rating	Sim	3.030.600	2,36%	IPCA	8,50%	7,39	2,59%
IFPT11	Ifin Participações	Saneamento	Sem rating	Não	6.108.051	4,75%	IPCA	8,09%	5,23	2,14%
MTRJ19	Metrorio	Transporte e Logística	AA	Sim	4.026.367	3,13%	IPCA	8,38%	5,00	2,47%
MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA	Sim	4.332.739	3,37%	IPCA	7,03%	9,07	1,20%
RATL11	Rota do Atlântico	Rodovias	AA-	Sim	2.732.893	2,12%	IPCA	7,24%	7,26	1,40%
RDVE11*	RDVE	Geração de Energia	AA	Sim	4.028.031	3,13%	IPCA	7,29%	6,49	1,44%
RODB11	Rodovias do Brasil	Rodovias	AA-	Não	1.075.046	0,84%	CDI	8,71%	5,22	2,78%
TVVH11	TVV	Terminais Portuários	AA-	Sim	4.444.710	3,45%	IPCA	6,74%	4,60	0,92%
UHSM12	UHE São Simão	Geração de Energia	AAA	Sim	5.079.549	3,95%	IPCA	6,69%	9,02	0,75%
UNEG11	GNA UTE I	Geração de Energia	AA	Sim	10.937.560	8,50%	IPCA	7,32%	9,13	1,34%
VAMO33	Vamos	Transporte e Logística	AA+	Não	7.083.233	5,51%	IPCA	8,26%	6,10	2,36%
VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovias	AA	Sim	10.648.632	8,28%	IPCA	7,73%	6,50	1,86%
VSJH11	Ventos de São Jorge	Eólica	AA-	Sim	4.796.260	3,73%	IPCA	7,07%	3,17	1,07%

* Ativos em lock-up | [2] Portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32, (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO)

Distribuição por Setor [7]



Distribuição por Rating [7]



25 ativos
Carteira de Crédito [2]

6,4 anos
Duration

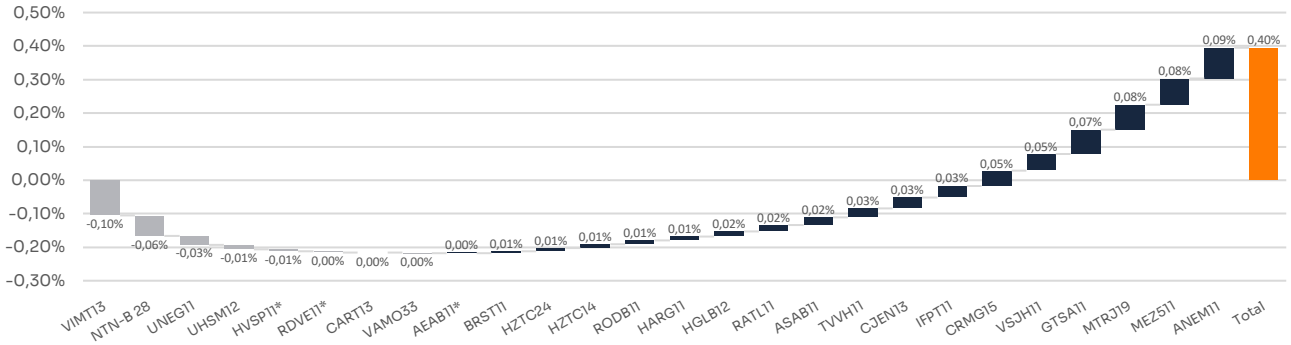
IPCA+7,56%
Carrego [3]

IPCA+5,77%
NTN-B 28

1,70%
Spread

Data-base: 30/06/2022 | [7] Números referentes a carteira de crédito do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO) de CNPJ 41.953.322/0001-32, e não contempla os resultados dos títulos públicos, a parcela em compromissadas e os custos do Infra Master e FIC.

Atribuição de Performance [2]



A atribuição mensal considera o resultado percentual em relação ao patrimônio líquido do início do mês segregando o efeito de cada ativo em (i) compra/venda de ativos; (ii) efeito curva; (iii) efeito *spread*; e (iv) efeito carrego. O cálculo do efeito carrego trava o carrego do ativo em relação a marcação a mercado do fechamento do mês anterior.

Para o cálculo da distribuição mensal de rendimentos, a metodologia consiste na distribuição do montante de rendimentos da carteira de crédito em relação ao patrimônio líquido, equivalente a parcela do carrego mensal da carteira (IPCA + spread ou CDI + *spread*), mas considerando as taxas de compra de cada ativo. Vale destacar que o valor abaixo da distribuição consiste no pagamento pelo Infra Master para o BIDB11, estando ainda bruto dos custos mensais.

Ativos	Compra/Venda de Ativo	Curva	Spread de crédito	Carrego	Total	Contribuição para o Montante Distribuído	% PL
AEAB11*	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,00	0,00%
ANEM11	0,000%	-0,112%	0,101%	0,104%	0,092%	157.080,72	0,12%
ASAB11	0,000%	-0,033%	0,013%	0,043%	0,023%	58.519,97	0,05%
BRST11	0,001%	-0,002%	-0,003%	0,010%	0,006%	3.052,08	0,00%
CART13	0,000%	-0,019%	-0,001%	0,018%	-0,002%	27.227,57	0,02%
CJEN13	0,000%	-0,053%	0,097%	-0,012%	0,032%	78.951,70	0,06%
CRMG15	0,005%	-0,063%	0,024%	0,079%	0,045%	247.907,17	0,19%
GTSA11	0,000%	-0,032%	0,061%	0,044%	0,073%	56.392,97	0,04%
HARG11	-0,001%	-0,017%	0,003%	0,027%	0,012%	26.944,83	0,02%
HGLB12	0,000%	0,000%	0,005%	0,010%	0,015%	13.845,65	0,01%
HZTC14	0,000%	-0,016%	0,015%	0,012%	0,011%	23.472,33	0,02%
HZTC24	0,000%	0,000%	0,000%	0,010%	0,010%	13.867,85	0,01%
HVSP11*	0,000%	-0,029%	0,001%	0,022%	-0,007%	48.049,25	0,04%
IFPT11	0,000%	-0,072%	0,062%	0,044%	0,035%	76.407,30	0,06%
MTRJ19	0,000%	-0,025%	0,060%	0,040%	0,075%	48.071,89	0,04%
MEZ511	0,000%	-0,046%	0,117%	0,007%	0,078%	48.147,37	0,04%
RATL11	0,000%	-0,026%	0,020%	0,024%	0,018%	31.635,21	0,02%
RDVE11*	0,000%	-0,037%	0,008%	0,026%	-0,003%	45.802,23	0,04%
RODB11	0,000%	0,000%	0,002%	0,009%	0,012%	13.597,04	0,01%
TVVH11	0,000%	-0,027%	0,017%	0,037%	0,027%	47.712,46	0,04%
UHSM12	0,000%	-0,065%	0,002%	0,050%	-0,013%	55.974,92	0,04%
UNEG11	0,006%	-0,138%	0,004%	0,102%	-0,026%	127.695,17	0,10%
VAMO33	0,000%	-0,054%	-0,006%	0,059%	-0,001%	231.619,41	0,18%
VIMT13	-0,067%	-0,057%	-0,068%	0,088%	-0,104%	126.017,38	0,10%
VSJH11	0,000%	-0,019%	0,028%	0,040%	0,049%	19.577,31	0,02%
NTN-B 28	-0,021%	-0,087%	0,000%	0,046%	-0,063%		
TOTAL [11]	**-0,077%**	**-1,031%**	**0,564%**	**0,939%**	**0,396%**	**1.627.569,79**	**1,27%**

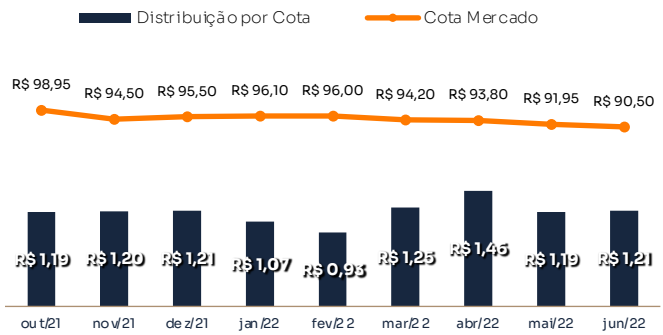
2 Referente ao portfólio do fundo INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP, CNPJ 41.953.322/0001-32 (fundo investido pelo INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO). | 11 Resultado final do INTER INFRA MASTER, contemplando carrego do caixa, custos e ajustes de cota.

Cronograma de Rendimentos e Cota

9ª Distribuição de Rendimentos (via amortização de cotas)*

Referência	Junho
Data de anúncio	30/06/2022
Data de pagamento	14/07/2022
Distribuição por cota	R$ 1,21
Cota de mercado no fechamento	R$ 90,50
Dividend Yield Mês [5]	1,34%
Distribuição por cota acumulado	R$ 10,71

Histórico de Distribuição por Cota

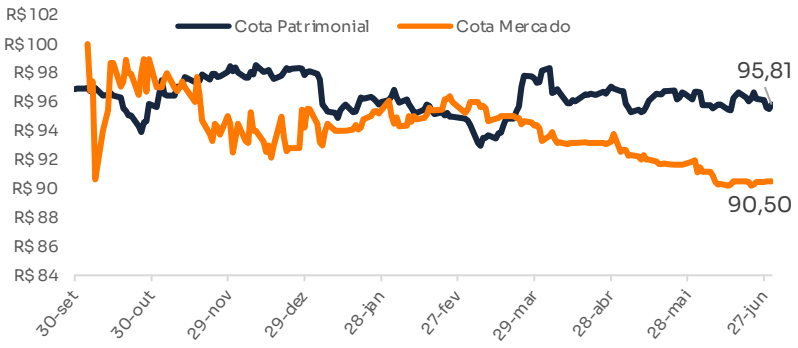


* De acordo com o Capítulo VIII do Regulamento do fundo Inter Infra FIC - BIDB11, o fundo incorpora todos os resultados em seu patrimônio líquido diário e, por isso, as distribuições de rendimentos aos cotistas serão feitas regularmente por meio de amortização das cotas. A nona distribuição anunciada foi calculada a partir dos juros recebidos das debêntures incentivadas pelo fundo no mês, além da antecipação do pagamento da correção monetária da carteira de crédito pelo IPCA mensal. O gestor buscará realizar as distribuições periódicas mensalmente.

Data-base: 30/06/22 | Fonte: B3 | [5] Yield calculado com base na cota de mercado no fechamento|. [10] Cota a valor de mercado no último dia útil do mês.

Mercado

Cota Patrimonial vs. Cota de Mercado [8]



Volume de Cotas Negociados na B3 [8]

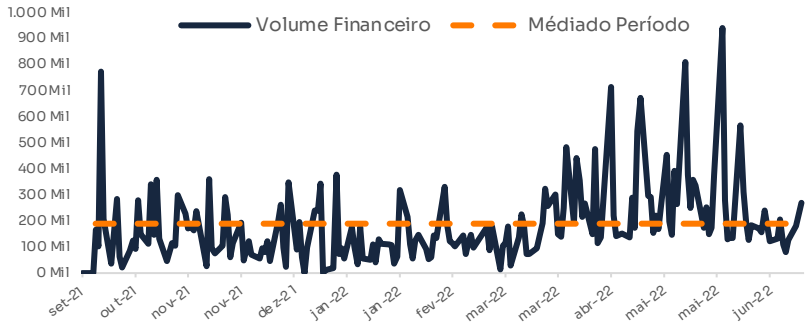


Tabela de precificação

Líquida de Custos e Isenta de IR para PF [9]

Preço da Cota	Taxa Equivalente (IPCA +)
R$ 86,00	8,78%
R$ 87,00	8,60%
R$ 88,00	8,43%
R$ 89,00	8,25%
R$ 90,00	8,08%
R$ 91,00	7,91%
R$ 92,00	7,74%
R$ 93,00	7,57%
R$ 94,00	7,41%
R$ 95,00	7,25%
R$ 96,00	7,09%

94,45 %
P/VPA em 30/06/22

R$ 122 Milhões
Market Cap em 30/06/22

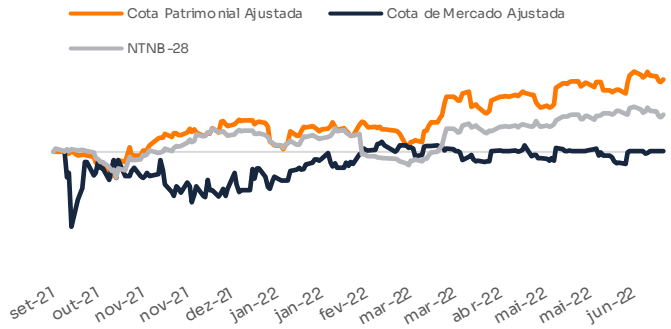
Rentabilidade [12]

Considerando as distribuições no período

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM.[1]
2022	Cota Patrimonial	-0,82%	-0,08%	3,53%	0,88%	1,27%	0,32%							5,14%	9,10%
	Cota Mercado	1,92%	1,02%	-0,91%	0,91%	-0,42%	-0,28%							2,24%	0,13%
	NTNB-28	-0,49%	-2,55%	3,31%	0,85%	1,10%	0,13%							2,29%	4,67%
2021	Cota Patrimonial										-1,05%	3,98%	0,85%	3,76%	3,76%
	Cota Mercado										-1,05%	-3,31%	2,37%	-2,06%	-2,06%
	NTNB-28										-1,05%	3,98%	0,85%	3,76%	3,76%

Com base na cota patrimonial ajustada, que considera a valorização dos ativos que compõem a carteira e incorpora os valores distribuídos no período, o fundo BIDB11 obteve uma rentabilidade superior a seu benchmark (NTNB28) desde sua criação, há 9 meses.

Considerando o preço de negociação das cotas, a rentabilidade pode divergir e não acompanhar o *bechmark*. Isso porque, sendo o Inter Infra FIC um fundo listado em bolsa, a cota de mercado depende também de fatores de mercado (oferta e demanda), e não reflete necessariamente a qualidade da carteira de crédito (representado pela cota patrimonial).



Data-base: 31006/2022 | [8] Início das negociações do fundo: 06/10/2021 | [9] Exercício foi feito com base na carteira do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, que alocada seus recursos no INTER INFRA MASTER FI INFRA RF CP de CNPJ 41.953.322/0001-32, com carteira apresentada anteriormente. | 12 Exercício feito usando a rentabilidade final somado às amortizações do INTER INFRA FIC INFRA RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO (BIDB11) como base.

Descrição dos Ativos

Anemus Wind S.A. 2W Energia	ANEM11	O Complexo Eólico Anemus Wind é composto por três parques eólicos em fase pré-operacional, no Estado do Rio Grande do Norte. Com capacidade instalada de 138,6 MW, o parque vendeu energia em PPAs de médio prazo no mercado livre. O perfil dos clientes é pulverizado, com exceção do PPA da Copel (AAA) que será responsável por cerca de 1/3 da garantia física do projeto. A emissão contará com fiança bancária do BTG e do Sumitomo até finalização do projeto. Após o *completion*, contará com as garantias usuais de projeto, como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Asa Branca Holding S.A. ContourGlobal	ASAB11	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos já operacionais desde 2013, com 160 MW de capacidade instalada. O projeto, localizado no Rio Grande do Norte, apresenta um longo histórico de geração e energia contratada no mercado regulado até o vencimento da debênture. A Companhia tem como acionistas a Contour Global, presente em 20 países com um total de 117 plantas de geração e energia, sendo 85 renováveis e rating global BB- pela Fitch. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.
Brisanet Telecom S.A. brisanet	BRST11	Empresa de Telecom fundada em 1997, com foco no atendimento a clientes com serviços de internet fixa. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente na região Nordeste, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, cobrindo mais de 200 cidades. A Companhia destaca-se pelo desenvolvimento de tecnologia *in house*, tendo sido pioneira na implementação de internet via infraestrutura de rádio no Nordeste. Em 2011, a Brisanet se tornou a primeira empresa brasileira a levar, em grande escala, o cabeamento de fibra ótica diretamente ao consumidor final, sendo que hoje 100% dos clientes estão ligados por fibra ótica. O modelo de negócios da Brisanet é marcado pela atuação majoritária em cidades do interior, com posterior migração para a capital de tal estado. De acordo com a Pesquisa de Satisfação e Qualidade do Serviços Prestados realizada pela Anatel (dados de 2020), a Companhia é a melhor prestadora de serviços no Brasil, além de ter a mesma colocação individual nos quatro estados onde atua. Em 2019, a Companhia iniciou um novo ciclo de crescimento, tendo atingido a marca de 754 mil clientes em julho de 2021. Com isso, a Brisanet se tornou a 4ª maior operadora do Brasil e a 3ª maior quando considerados somente clientes ligados a Fibra ótica. Recentemente, a Companhia realizou IPO e captou R$ 1,25 bilhão. A Companhia possui rating A+, pela S&P.
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART	CART13	A Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) detém a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 km entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo. O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá. O contrato de concessão possui vencimento previsto em 2039, na qual a Companhia já cumpriu com cerca de 97% das obrigações de investimento. A Companhia possui como acionistas o Pátria Investimentos, uma das maiores gestoras de investimentos alternativos no Brasil, com mais de US$ 50 bilhões sobre gestão, e o GIC, o fundo soberano do governo de Singapura que possui um portfólio global com cerca de US$ 550 bilhões em ativos sob gestão. A empresa foi finalista do Prêmio Concessionária do Ano em 2020 em 4 categorias, sendo primeira colocada na categoria "Inovação" e segunda colocada nas categorias "Concessionária do Ano", "Eficiência nos Serviços Operacionais" e "Segurança Rodoviária". A operação possui rating AA-, pela S&P, e possui como garantias o penhor de ações da Companhia e a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão.
Concessionária da Rodóvia MG-050 S.A. abnascentes das gerais	CRMG15	A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265. O contrato de concessão, assinado em 2007, possui prazo de vencimento em 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A emissão possui rating AA+, pela S&P, e possui como garantias a alienação fiduciária das ações da Companhia, a cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e a fiança da AB Concessões até o *completion* do projeto.
Goiás Transmissão S.A. GOIÁS MGE	GTSA11	A Companhia possui a concessão das linhas de transmissão Rio Verde Norte-Trindade, Trindade-Xavantes, Trindade-Carajás e da subestação Trindade até 2040. O projeto entrou em operação comercial em outubro de 2013. A Companhia tem como acionistas controladores Furnas, subsidiária da Eletrobrás (49%), e o Grupo Energia Bogotá - GEB (51%). A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas a cessão fiduciária das ações da Goiás Transmissora e cessão fiduciária dos direitos oriundos dos contratos de concessão.
IFIN Participações S.A. Águas Guariroba	IFPT11	Holding detentora de 100% das ações PN (32,08% das ações totais) de emissão da Águas de Guariroba. O serviço da dívida das debentures será pago com os dividendos da empresa de saneamento. A Águas de Guariroba possui rating AA (bra) pela Fitch, e já é um ativo maduro, com um atendimento de água de 100% e atendimento urbano de esgoto de 84%. Tem como acionista controlador a AEGEA, maior empresa privada de saneamento privado do país. A emissão tem como garantia as ações PN de emissão da Águas de Guariroba.

Descrição dos Ativos

Ecovias do Araguaia S.A.

HARG11

A Holding do Araguaia, empresa na qual a Ecorodovias detém 65% e a GLP detém 35% de participação (Consórcio Eco 153), possui 100% do capital da Ecovias do Araguaia. A Ecovias do Araguaia é responsável pela exploração por 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, do sistema rodoviário composto por 840,7 Km BR-153/414/080/TO/GO. O trecho leiloado é a principal ligação dos estados do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Amapá com o centro-sul do país. O leilão foi vencido pelo Consórcio Eco 153 em abril de 2021, e o contrato de concessão foi assinado em outubro de 2021. A Ecorodovias é a maior operadora de concessões rodoviárias do Brasil em termos de quilômetros administrados, com 3.892 quilômetros sob gestão. A GLP é líder global em gestão de investimentos e negócios em logística, *real estate*, infraestrutura, finanças e tecnologias relacionadas, contendo operação no Brasil, China, Europa, Índia, Japão e EUA com US$ 100 bilhões de ativos de *real estate* e fundos de *private equity* sob gestão. A operação possui rating AAA, pela S&P, e possui como garantias a fiança da Ecorodovias, a alienação fiduciária das ações, a cessão fiduciária dos dividendos pagos e a cessão fiduciária de conta vinculada da Companhia.

UHE São Simão Energia S.A.

UHSM12

A companhia é detentora da concessão de exploração da UHE São Simão, 9ª maior usina hidrelétrica do país. Com um operacional desde 1978, a companhia passou por um processo de renovação da concessão em 2018, onde o Grupo SPIC (atual acionista) se sagrou vencedor, passando a ter o direito de explorar a usina até 2048. A companhia vendeu 70% de sua energia no mercado regulado em regime de cotas, onde recebe uma receita fixa pela operação e manutenção do ativo, onde assim, apresenta baixa exposição financeira ao risco hidrológico. A SPIC é a quinta maior geradora de energia elétrica da China, com ampla atuação global. A operação conta com o rating br AAA, pela S&P.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

UNEG11

Usina termelétrica a gás, já operacional, instalada no Porto Açu juntamente com um terminal de GNL. Destaca-se como uma das maiores termelétricas do país, com capacidade instalada de 1,3 GW. A companhia vendeu energia no mercado regulado em um PPA de disponibilidade e tem como acionistas os próprios *stakeholders* do projeto, sendo eles a Prumo Logística (operadora do terminal portuário), BP Investments (fornecedora do GNL | "A" em escala global), Siemens (O&M e fornecedor das turbinas | "A" em escala global), e como investidor estratégico a SPIC Brasil ("A2" em escala global). A emissão contará com as garantias usuais de projeto como a cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

VAMO33

A Vamos é uma empresa líder no setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. A Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN, e da rede de lojas seminovos. Possui uma rede de 50 lojas com ampla cobertura nacional em 12 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 19 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, 4 lojas Fendt, 2 lojas de máquinas da marca Komatsu e 11 lojas de seminovos. Em janeiro de 2021, a Companhia realizou sua oferta pública de ações com captação líquida primária de R$ 842 milhões e, em setembro do mesmo ano, realizou *follow-on* com captação de R$ 1,1 bilhão. A Companhia faz parte do Grupo Simpar, que controla seis empresas independentes que atuam em posição de liderança ou destaque em mercados com alto potencial de crescimento. Das 6 empresas operacionais e da holding, 4 são listadas e possuem ações negociadas no Novo Mercado na B3. A Companhia possui rating AA, pela S&P.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

VIMT13

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, por 30 anos, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado. A Companhia foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados. A operação possui rating AA, pela Fitch, e conta com um pacote de garantias (fiança corporativa até o *completion* físico e financeiro do projeto) a alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis da concessão e cessão fiduciária das contas do projeto).

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

HGLB12

A Highline é uma fornecedora independente de soluções de infraestrutura para o setor de telecomunicações. Fundada em 2012 pelo fundo do Pátria Investimentos, Infraestrutura P2 Brasil, a companhia desenvolve projetos de infraestrutura para o setor de telecom, acelerando a expansão da rede móvel de seus clientes. O core business é a construção, operação e manutenção de sites para a instalação de antenas de comunicação sem fio, sendo essas: (i) Torres; (ii) Rooftops; (iii) Sistemas Indoor DAS; (iv) Small-cells. A Highline é atual investida da Digital Colony (empresa líder global de investimentos dedicada à infraestrutura digital), em conjunto com a AIMCO (um dos maiores e mais diversificados gestores de investimentos institucionais do Canadá) e a seguradora Allianz. Em conjunto esses três investidores detêm 99% da companhia. No último trimestre de 2020, a Highline concluiu a incorporação da Phoenix Tower, adicionando 2400+ sites em seu portfólio e um portfólio de rede móvel da Oi, adicionando 850 sites. Com as aquisições a companhia atingiu cerca de 4500 sites (1250 antes das aquisições), se consolidando como um dos principais nomes do setor no Brasil. A Companhia possui contratos de e longo prazo firmado com as grandes empresas de telecom, com tarifas reajustáveis por inflação, repasse de custos dos terrenos e amarras com multas previstas em caso de rescisão antecipada. Além disso, a Highline possui bom track record de torres entregues e é tida como inovadora entre as operadoras de telecom. Até junho de 2021, a Companhia recebeu R$ 3 bilhões em aportes e possui US$ 400 milhões já comprometidos para futuras injeções de capital. A operação possui pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações e parte dos recebíveis dos contratos de venda da Companhia, além de mecanismo de amortização extraordinária em caso de venda de sites, recebimento de multas em caso de rescisão antecipada de contratos e recebimento de receita de seguros dos ativos da Companhia.

Descrição dos Ativos

Terminal de Vila Velha S.A.	**TVVH11**	O Terminal de Vila Velha (TVV), localizado em Vila Velha no Espírito Santo, é um terminal portuário especializado na movimentação (embarque e desembarque) e armazenagem de contêiner e carga geral (equipamentos, máquinas, spare parts, veículos, granito, produtos siderúrgicos e granel). O TVV dispõe de uma vasta oferta de armadores e rotas para os principais portos nacionais e internacionais. O terminal possui, ainda, boa infraestrutura para distribuição interna de cargas através de modais rodoviários, ferroviários e marítimos, criando vantagens competitivas exclusivas. O contrato de arrendamento portuário do TVV tem duração até setembro de 2048, após renovação antecipada por mais 25 anos ocorrida em 2020. Historicamente, o TVV apresenta geração de caixa positiva, sustentada pelas elevadas margens dos negócios, pela robusta taxa de conversão de EBITDA em FFO, pela reduzida necessidade de capital de giro e por baixos investimentos em manutenção. O TVV é o único terminal portuário de movimentação de contêineres em sua área de atuação, e por isso, enfrenta pressões referentes à concorrência reduzidas, e assim, tende a proteger sua geração de caixa e sua rentabilidade a médio prazo. A operação possui rating AA- pela Fitch e pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das máquinas e equipamentos do terminal e cessão fiduciária de recebíveis da cia, com montante mínimo de R$ 7 milhões/mês.
Terminal Santa Catarina S.A.	**CJEN12**	O TESC – Terminal de Santa Catarina é um terminal multipropósito com 3 berços de atracação próprios em São Francisco do Sul/SC. Arrendado em 1996, com prazo original de 25 anos, teve o contrato renovado em 2017, por igual período, passando a findar no ano de 2046. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto. A principal atividade é um contrato de *take-or-pay* com a ArcelorMittal, com prazo de vencimento em 2031 e valor presente líquido de R$ 700 milhões. Como contrapartida à renovação antecipada do contrato de arrendamento, a Companhia realizará um projeto para implementar estrutura para operação adicional de grãos para exportação, solucionando parte da deficiência da região, e expandindo a diversidade de cargas transportadas no terminal. A Companhia possui como acionistas a BRZ Investimentos (63%), uma das maiores gestoras brasileiras independentes atuantes em ativos alternativos e que possui investimentos em outros portos, com destaque para o Porto de Itapoá, e a Porto Novo (37%), holding não operacional detida por 3 investidores locais pessoas físicas. A operação possui rating A+, pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto pela alienação fiduciária das ações, cessão fiduciária dos recebíveis e dos direitos emergentes do contrato de arrendamento, alienação fiduciária dos equipamentos atuais e futuros do terminal e estrutura de contas reservas.
Concessionária Rota do Atlântico S.A.	**RATL11**	A Concessionária Rota do Atlântico é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como objetivo a administração de 44 km de vias que integram o Sistema Viária ao Complexo Industrial do Suape, localizado no estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. O Contrato de Concessão foi assinado com o Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Empresa Pública integrante do Governo do Estado de Pernambuco). A concessão se iniciou em novembro de 2011 e tem prazo de 35 anos. A via é utilizada, principalmente, para escoar cargas do Complexo Industrial do Suape, e para locomoção ao trabalho. A Companhia é uma das principais vias rodoviárias do estado de Pernambuco, ligando Recife à Ipojuca e passando por Cabo Santo Agostinho. Sua rodovia está estrategicamente localizada próxima à centros urbanos, complexos industriais e locais turísticos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com pacote de garantias que conta com penhor de 100% das ações da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis da Emissora e da Conta Vinculada e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	**HZTC14** **HZTC24**	A Orizon atua exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais para clientes públicos e privados, sendo uma das companhias que mais gera créditos de carbono certificados no país. A Companhia processa o equivalente a 10% do total de resíduos urbanos com correta destinação no Brasil, atendendo aproximadamente 20 milhões de brasileiros por meio de 500 clientes. A Orizon presta serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo) por meio de 5 aterros sanitários já operacionais e dois em construção. Usando os próprios aterros como matéria, detém operação de venda de gás natural, produção de energia, venda de créditos carbono e valorização de resíduos. A companhia encontra-se em um momento de investimento, com a construção de uma planta de geração de energia e aquisição de outros 7 aterros. Apesar disso, o mercado é marcado por uma forte geração de caixa e barreiras à entrada. A operação possui rating AA pela S&P e selo verde emitido pela consultoria especializada Sitawi. Além disso, possui pacote de garantias composto por garantia corporativa, alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de recebíveis.
Rodovias do Brasil Holding S.A.	**RODB11**	A Rodovias do Brasil é uma holding detentora de 85% das ações da Rota das Bandeiras, concessionária responsável pela administração do Corredor Dom Pedro I, localizado em um ponto estratégico para escoamento da produção nacional, já que liga a região de Campinas, que detém grande produção de equipamentos de informática, com o Vale do Paraíba, que detém o maior polo aeroespacial brasileiro, e com o Porto de São Sebastião no litoral norte, que exporta principalmente veículos, peças, máquinas e equipamentos. O corredor passa também por Paulínia, que abriga a Replan, maior refinaria da Petrobrás. A atuação da concessionária é viabilizada via contrato de concessão assinado em 2009, com prazo de vigência de 30 anos. Ao longo de sua história, a concessionária já investiu mais de R$ 3 bilhões em melhorias e expansões nas rodovias por ela administradas. A Rodovias do Brasil pertence ao Mubadala, um fundo de investimento soberano, que administra um portfólio diversificado de ativos e investimentos nos Emirados Árabes Unidos e no exterior, para gerar retornos financeiros sustentáveis para o seu acionista, o Governo de Abu Dhabi. Atualmente a empresa conta com US$ 243 bilhões que se estendem por seis continentes, vários setores e classes de ativos. A operação possui rating AA- pela Fitch e conta com um pacote de garantias composto por alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora, somado a todos os dividendos e demais distribuições aos acionistas em virtude das ações e cessão fiduciária da conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, na qual serão depositados recursos correspondentes a todos os lucros, frutos, bonificações, direitos, distribuições e demais valores atribuídos pela CRB à Emissora em decorrência das ações de emissão da CRB e de titularidade da Emissora.
Ventos de São Jorge Holding S.A.	**VSJH11**	Complexo Eólico formado por 5 parques eólicos, operacionais desde 2016, e com capacidade instalada de 141 MW. Os ativos estão localizados no estado do Ceará e apresentam longo histórico de geração. A Companhia tem como acionistas a Echoenergia, veículo de investimento em energia renovável do *private equity* Actis. Fundada em 2017, apresenta uma capacidade instalada em operação de 1.005MW, além de outros 206MW em construção. A emissão conta com as garantias usuais de projeto, sendo elas cessão fiduciária das ações da emissora e cessão fiduciária dos direitos decorrentes do contrato de venda de energia.

Descrição dos Ativos

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

MTRJ19

O MetrôRio administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura para a Linha 4. Ao todo, essas três linhas somam 58 km de extensão, alcançando 41 estações e operando com 64 trens. O metrô da cidade do Rio de Janeiro foi o primeiro concedido à iniciativa privada no Brasil e é o segundo maior metrô do país em extensão de rede e quantidade de passageiros. O MetrôRio é controlado pelo Mubadala, companhia global de investimentos detida pelo governo de Abu Dhabi, que possui investimentos em mais de 50 países e em diversos setores, incluindo infraestrutura, energia, serviços públicos, imóveis, aeroespacial, metais, mineração, óleo e gás, petroquímicos e um portfólio global de holdings financeiras. Em 2020, a Mubadala possuía mais de US$240 bilhões de ativos sob gestão. O MetrôRio possui classificação de rating AA-(bra), pela agência Fitch e brAA, pela agência S&P. A operação conta com as receitas tarifárias, acessórias e demais direitos emergentes do contrato de concessão, presentes ou futuras, dadas em garantia, através de estrutura de contas reservas do serviço da dívida.

MEZ 5 Energia S.A.

MEZ511

A MEZ 5 faz parte do portfólio de ativos da MEZ Energia, composto por 11 lotes de linhas de transmissão de energia, localizados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A Mez Energia foi criada por membros da família Zarzur para aproveitar o know-how da mesma de mais de quatro décadas de atuação na construção civil. A MEZ 5 é o maior projeto de transmissão do portfólio do grupo e é composta por 2 subestações, um compensador estático e 4 linhas de transmissão que são fundamentais para o escoamento de energia na Região Metropolitana de Porto Alegre. A atuação da Companhia é viabilizada via contrato de concessão válido até 2051. A operação possui rating AAA pela Fitch e conta com um pacote de garantias, composto por fiança bancária do Itaú até o completion físico do projeto, alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Geradora Solar Helio Valgas V S.A.

HVSP11

O complexo solar Hélio Valgas, localizado em Várzea de Palma (MG), terá capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação a partir de meados de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de longo prazo (20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. A empresa tem um portfólio de projetos de energia superando 2GW de capacidade instalada. Por sua vez, a Comerc conta com uma robusta estrutura acionária, com presença da Vibra Energia, maior distribuidora de combustíveis do país, e a Perfin, renomada gestora de recursos com mais de R$ 25 bilhões sob gestão. O contrato de compra e venda de energia (PPA) foi firmado com a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo. Os stakeholders do projeto são empresas líderes e reconhecidas internacionalmente em suas áreas, na qual a Comerc negociou garantias de longo prazo e conseguiu preços competitivos pelo grande pool de fornecedores interessados no projeto, uma vez que é um dos maiores do país no segmento. A operação conta com travas de redução de capital, distribuição de dividendos, novos mútuos/dívidas, piora nas condições dos contratos de venda de energia e pacote de garantias, composto por fiança das SPEs e da Comerc, alienação fiduciária das ações e dos equipamentos da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia e das contas vinculadas ao projeto.

Rio do Vento Expansão Subholding S.A.

RDVE11

A Rio do Vento Expansão Subholding S.A. (RDVE) é composta por quatro SPEs estabelecidas como produtoras independentes de energia elétrica, mediante a implantação e a exploração de uma central geradora eólica. Os parques eólicos estão localizados nos municípios de São Tomé, de Caiçara do Rio do Vento e de Lajes, todos no estado do Rio Grande do Norte, e totalizam 268,1 MW de capacidade instalada. Os projetos são controlados pela Casa dos Ventos Holding S.A., que detém 80% das ações da RDVE Subholding e é uma das companhias pioneiras e principais investidoras no mercado de energia renovável do Brasil. A Comerc Energia detém, indiretamente, os 20% restantes das ações e é a quarta maior trading de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis. Os parques comercializaram energia no mercado livre, por meio de PPAs que têm duração média de 13,6 anos para o equivalente a 86,6% de sua garantia física líquida, e no ambiente regulado, com duração de vinte anos para o equivalente a 4,0% de sua garantia física líquida, totalizando 90,6%. As contrapartes dos PPAs possuem baixo risco de crédito e são eletrointensivas, tendo sido validadas junto ao banco financiador e submetidas a um processo de análise de crédito. A emissão possui rating AA pela Fitch e conta com pacote de garantias composto por fiança bancária até a conclusão dos projetos, fiança das SPEs, alienação fiduciária das ações da RDVE e das SPEs, cessão fiduciária de recebíveis e da estrutura de contas da operação e a alienação fiduciária doa aerogeradores das SPEs.

AES Cajuína

AESB3

A AES Cajuína é uma subholding controlada integralmente pela AES Brasil, um dos maiores grupos de geração de energia elétrica no país, com 3,7 GW de capacidade instalada em operação e garantia física de 1,6 GWm, incluindo suas participações em ativos não consolidados. O projeto eólico Cajuína é composto por 5 SPEs, estando localizado no Rio Grande do Norte, possuindo 230 MW de capacidade instalada e gerando energia partir de 39 aerogeradores da Nordex de capacidade de 5.9 MW cada. O fator de capacidade em P50 é de 54% e em P90 é da ordem de 47%. Está localizado em uma região que detém um dos melhores recursos eólicos do país. As SPEs comercializaram energia com a AES Brasil Operações e com a Copel, em PPA's com 101 MWm (92,8% do P90) e 4 MWm (3,7% do P90) de capacidade e prazos de 20 e 13 anos, respectivamente. A entrega dos aerogeradores e sua montagem acontecerá ao longo de 2022, indo até o início de 2023. O comissionamento e os testes ocorrerão em 2023 e a operação comercial é esperada para o final do segundo trimestre de 2023. A operação possui rating AA pela Fitch, conta com travas relacionadas à celebração de mútuos, de captação de novas dívidas, de redução de capital social, de distribuição de dividendos e manutenção de ICSD mínimo, além de contar com fiança da AES Brasil por todo o prazo da emissão.

Disclaimer

Pretende-se com este material apenas divulgar informações e dar transparência à gestão executada pela Inter Asset Gestão de Recursos Ltda. não significando oferta de compra ou venda de cotas do fundo. As informações contidas nesse material estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo, bem como das disposições acerca dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Antes de tomar uma decisão de investimento de recursos no fundo, os investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar, cuidadosamente, todas as informações disponíveis no prospecto e no regulamento do fundo. O mercado secundário para negociação de cotas de fundos de investimento de infraestrutura listado pode apresentar baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que permita aos cotistas sua alienação, caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, os cotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos na venda de suas cotas. Adicionalmente, os fundos de investimento de infraestrutura listados são constituídos sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate a qualquer tempo de suas cotas. O investimento do fundo de investimento de que trata este material apresenta riscos para o investidor. Ainda que a instituição administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O fundo de investimento de que trata este material não conta com garantia da instituição administradora, do gestor, do custodiante, de quaisquer outros terceiros, de mecanismos de seguro ou fundo garantidores de crédito - FGC. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos com o Administrador e o Gestor, através dos e-mails: ri.fii@interdtvm.com.br e ri@interasset.com.br

Site: https://www.interasset.com.br/fundos-renda-fixa/inter-infra-fic

Contato: ri@interasset.com.br

interasset interdtvm

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos